

COMENTÁRIOS SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO SUL: ENTRE O NACIONALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Debate com Celso Furtado no Instituto de Estudos
Avançados da USP, abril 1992. Publicado em *Nossa
América*, março-abril 1992.

Confesso que não fiquei inteiramente satisfeito com o relatório da Comissão Sul. Nem é possível, pois é um relatório tão amplo, tão vasto, com tão grandes ambições... Acho que ele pode ser lido de várias maneiras. Primeiro, como uma denúncia do subdesenvolvimento do Sul. Neste aspecto, estou de pleno acordo. Realmente é uma situação grave, e ele mostra mesmo como, depois de uma expansão do desenvolvimento até o final dos anos 70, o Sul entra em uma crise muito aguda. Sob esse ponto de vista, o relatório está até atualizado, mas essa não é uma leitura muito original.

Uma segunda leitura do relatório permite ver que se trata de uma denúncia moderada da exploração do Norte sobre o Sul, ou uma outra alternativa: que se trata de um apelo por ajuda. Não fica muito claro se é uma coisa ou outra. Fundamentalmente, essa é a retórica da diplomacia dos países do Terceiro Mundo nos últimos cinquenta anos. É sempre uma mistura de denúncia do imperialismo, da exploração, de um lado, com um pedido de ajuda, em vários cenários e de várias maneiras, aos países do Primeiro Mundo, de outro.

Uma terceira leitura, esta bem mais evidente, permite ver que se trata de um apelo muito forte por uma cooperação Sul-Sul. A impressão que tenho, à primeira vista, é de que se

trata de um apelo legítimo, mas não muito prático. E, como disse meu amigo Severo Gomes, a relação Sul–Sul pode facilmente se transformar em uma conversa de senzala.

Finalmente, nós podemos ler esse documento também como um apelo ao desenvolvimento tecnológico independente. Em relação a esse assunto tenho uma grande preocupação. Embora seja bom haver certo grau de desenvolvimento independente, o que sabemos é que todos os países de desenvolvimento tardio tiveram um processo de fusão de progresso técnico, de cópia do desenvolvimento tecnológico dos outros, e não um desenvolvimento original de tecnologia. Claro que esta é uma questão que deve ser mitigada; há uma discussão a respeito, mas parece-me conveniente tomar uma posição mais clara em relação a ela. Utilizar a idéia de substituir importações no que concerne à tecnologia, como fizemos antes com as importações de produtos, é uma coisa perigosa.

Outra forma de examinar o relatório é procurando descobrir, de um lado, qual é o diagnóstico e, de outro, quais teriam sido as propostas do relatório.

Qual é o diagnóstico? A impressão que tenho, lendo o relatório, é a de que temos hoje no mundo dois diagnósticos básicos para os problemas do subdesenvolvimento. Um deles resulta no seguinte: as causas fundamentais dos nossos males estão lá fora, ou seja, no Primeiro Mundo. Esta é o que eu chamaria de, digamos, visão nacionalista. Sinto que o relatório tende fundamentalmente para esse lado, mas não quero dizer que ele se filie inocentemente, ingenuamente, à teoria do imperialismo, às posições radicais existentes a respeito. O clima do relatório é o de que os nossos problemas têm origem, em grande parte, no Primeiro Mundo, inclusive a crise dos anos 80 que ele salienta tanto. Essa crise é vista fundamentalmente como conseqüência de uma súbita e violenta deterioração do contexto internacional – ela se deveu à suspensão dos pagamentos dos empréstimos internacionais, à recessão norte-americana, ao segundo choque do petróleo, aos choques externos que houve no final dos anos 70. É uma forma de ver as coisas.

A outra alternativa é a visão de Washington, que é a do Primeiro Mundo: todos os problemas dos países subdesenvolvidos são devidos basicamente a suas próprias faltas, incompetência, políticas econômicas mal-desenhadas, populismo econômico, excesso de intervenção do Estado na economia. É a visão alternativa radical.

Qual dessas duas perspectivas é a mais correta? Hoje estou convencido de que a segunda é a mais correta do que a primeira. Embora não acredite que encerre a verdade, estou profundamente convencido de que, enquanto não conseguirmos pôr ordem em nossa própria casa, administrar nossos interesses de maneira correta por nós mesmos, será extremamente difícil termos voz nos foros internacionais. Em relação à dívida externa, este aspecto é dramático, porque ficou absolutamente claro, quando examinei os problemas relativos a ela, que só conseguiríamos avanços realmente significativos se tivéssemos no Brasil uma razoável unidade em torno da questão e se nossas finanças públicas estivessem em ordem. Só a partir desse ponto é possível negociar com o Primeiro Mundo. Para as negociações era fundamental, inclusive, que as elites do Primeiro Mundo estivessem razoavelmente divididas e que houvesse neles setores favoráveis a nós. Torna-se inviável imaginar esse apoio em uma situação de total desorganização.

O caso-limite dessa situação foi o do Peru de Alan García. Quem foi que levantou, em 1986, a bandeira contra a dívida externa? Alan García. E qual foi o primeiro país a reduzir unilateralmente a 10% as remessas dos pagamentos da dívida externa ao Primeiro Mundo? O Peru. O que fez Alan Garcia logo em seguida? Entrou em uma aventura populista, desbragada, vergonhosa. Ou seja, levou o país a uma crise sem precedentes e fez com que o Peru perdesse qualquer possibilidade de negociação com o Primeiro Mundo.

Com relação ao diagnóstico apontado pelo relatório, creio que temos novamente duas alternativas. Uma delas refere-se à velha retórica do pedido de ajuda, do tratamento preferencial. Acho razoável que demandemos coisas como na área de saúde, que o relatório apresenta em um programa global de seis pontos, mas a possibilidade de conseguir resultados nessa área é relativamente pequena.

Quando fui ministro da Economia, tentei substituir essa retórica diplomática por outros tipos de estratégia. Isso aconteceu nos encontros preparatórios da reunião dos oito presidentes latino-americanos, no México, em novembro de 1987. Nessa ocasião orientei meu representante na área internacional, o embaixador Rubens Barbosa, no sentido de que fosse redigido um documento em que os presidentes instruísem seus ministros das Finanças sobre o que deviam fazer em relação à dívida externa, como deveriam negociar, excluindo pedidos.

Ou seja, um documento que orientasse os ministros sobre como deveriam defender os interesses nacionais do Brasil, México, da Colômbia, Argentina, Venezuela, e assim por diante.

Se os estudiosos forem analisar o documento que resultou dessa reunião, eles verificarão, na parte referente à dívida externa, que tem uma característica inovadora, porque traz essa posição de não pedir.

A alternativa para esses pedidos, contudo, é, segundo a visão do Norte, a chamada Washington Approach, segundo a qual é necessário fundamentalmente que assumamos a disciplina fiscal e a redução do aparelho do Estado. Houve, de fato, um crescimento excessivo do aparelho do Estado, e com distorções, mas passar daí para uma retórica neoliberal, tipicamente ideológica, como se propala hoje repetidamente no Norte, não faz sentido algum. O Estado continua tendo um papel importante, deverá ter papéis novos no processo de desenvolvimento. Não se pode absolutamente deixar que tudo, ou praticamente tudo, fique por conta do mercado, como propõe a retórica do Norte. É preciso, então, que pensemos ativamente em um tipo de disciplina fiscal alternativa e certo grau de redução do aparelho do Estado, mas que inclua uma posição mais pragmática.

Dentro dessa perspectiva, retomo o problema da relação de cooperação Sul–Sul, em que o relatório insiste. Um aspecto muito interessante do relatório está na análise das desventuras da cooperação Sul–Sul, mostrando como a idéia prosperou a partir de uma certa época e como ela entrou em crise, depois, inclusive devido não somente à oposição dos países do Primeiro Mundo, mas também a uma enorme falta de solidariedade entre os do Terceiro Mundo. É uma análise muito bem-feita, que aponta para um aspecto fundamental abordado no seguinte trecho: “No entanto, os muitos planos e programas visando incrementar a colaboração Sul–Sul não puderam ser efetivamente implementados; existiam muitos fatores desfavoráveis. Nominadamente, instruções inadequadas e ineficazes, falta de recursos, insuficiência de empenho político”. Por essa “insuficiência de empenho político” o relatório quer dar a entender que os próprios países envolvidos, Brasil, Argentina, México, Índia, etc. estavam, em certos momentos, muito cooperativos entre si, mas que, em outros, se desligavam e passavam a agir por conta própria.

Outra história de quando fui ministro. Propus, em determinada ocasião, a criação de um grupo, o G-3, formado por México, Argentina e Brasil, para discutir problemas econômicos em geral e de dívida externa em particular. A proposta foi aceita pelos presidentes e embaixadores. Fizemos uma primeira reunião, mas não consegui fazer uma segunda, porque o México já não estava mais interessado. Na realidade o México já havia adotado uma atitude absolutamente individual de negociação com o Primeiro Mundo. Então, sinto novamente que talvez falte, nessa perspectiva da cooperação Sul–Sul, um elemento de realismo. A cooperação em si, isolada, não é o bastante. Embora seja um elemento importante, ela não me parece ser a estratégia única nem a fundamental.

A visão do Norte já é mais simples, implica uma relação de subordinação e de condicionalidade. É a condicionalidade estabelecida pelo Banco Mundial e pelo FMI. Não se trata da idéia de exploração que aprendemos nos anos 40 e 50, em que o Primeiro Mundo queria impedir que o Segundo Mundo se desenvolvesse e se industrializasse. Isso está superado. Houve um momento no imperialismo em que tal exploração aconteceu de fato, mas não é mais verdade. Há conflitos entre interesses nacionais, mas de um modo geral o Primeiro Mundo tem interesse no desenvolvimento do Terceiro Mundo, desde que colida diretamente com ele. Sinto hoje, por exemplo, o FMI extremamente interessado em um acordo com o Brasil e em que nos estabilizemos e saíamos desta crise miserável em que nos encontramos. Esta crise os desestabiliza. O Iraque, por exemplo, é muito pior para eles.

Pela visão do Norte, eles estabelecem o que e como deve ser feito com relação à disciplina fiscal e ao processo de liberalização. São eles que estabelecem as condicionalidades, e, se formos bem-comportados e agirmos de acordo com as exigências deles, irão ajudar-nos.

Qual é a alternativa nessas condições? Estou convencido de que precisamos estabelecer o que chamo de autocondicionalidade. Cabe a nós definir o que devemos saber e fazer, e como pôr ordem em nossa própria casa. Ou seja, quando fazemos um plano de estabilização macroeconômica, devemos saber que tipo e como executá-lo. Temos de levar em conta as condicionalidades que nos interessam enquanto nação. Por isso, a segunda coisa

que desejo destacar é que devemos ter uma noção muito clara do que seja o interesse nacional do Brasil.

Penso que a visão nacionalista, de que o mundo ao nosso redor é um mundo de exploradores, de imperialistas, e temos de nos proteger, possui algo de verdadeiro, mas muito de falso. Muito mais lógico é pensar que o mundo é formado de países com interesses nacionais. O Brasil tem um interesse nacional, os Estados Unidos, a Argentina, o Paraguai, etc. têm os seus específicos. Esses interesses nacionais, às vezes, correspondem e, outras vezes, conflitam entre si. Portanto, devemos ver muito claramente quais são os nossos e que tipo de concessões e acordos podemos fazer levando em conta os interesses nacionais dos outros países.

Dentro desse quadro, parece também importante perceber que o Primeiro Mundo é um bloco unido, que se reúne e toma decisões no Grupo dos Sete. Essas decisões são aparentemente bastante coordenadas e unidas, mas, por outro lado, esse mundo tem uma divisão clara de interesses. Ainda hoje não está superada a divisão de interesses entre os Estados Unidos e a (ex-)União Soviética. Estabelece-se, agora, uma divisão de interesses muito nítida entre os Estados Unidos, a Europa e o Japão, e devemos também aproveitar essas diferenças.

A impressão que me ficou do relatório é a de que mantém uma retórica um pouco antiquada. E embora essa retórica nos ajude a pensar algumas coisas, não creio que esse relatório isoladamente nos permita avançar significativamente no pensamento sobre o Sul.